DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DA LITERATURA

Haêde Gomes da Silva [1]

Deyvis dos Santos Costa de Castro [2]

[1] **Gestora administrativa -SEMEC- Teresina, Professora PARFOR- UESPI**

haedeg0mes1@gmail.com

Professor efetivo SEMEC- Professor Parfor UESPI- TERESINA-PI- BRASIL [2]

Notas introdutórias

O processo de alfabetização no Brasil enfrenta desafios complexos que vão desde a infraestrutura escolar inadequada até a formação insuficiente de professores. Ademais o país possui, uma diversidade cultural e linguística vasta, o que impõe a necessidade de estratégias pedagógicas diferenciadas e inclusivas. Diante do exposto, atualmente, iniciativas como a do governo federal, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e do Estado do Piauí, Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa se configuram em políticas públicas criadas para mitigar essas dificuldades e promover a alfabetização em suas várias dimensões.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) foi instituído pelo decreto nº 11.556/23, "por meio da conjugação dos esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas". Apresenta como principal objetivo "implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental." (Brasil, 2023).

Outro programa, diz respeito à incitativa do governo do Estado do Piauí, Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC), este instituído pela Lei nº 7.453/21 e pretende assegurar competências leitoras e de escrita, bem como, letramento matemático as crianças matriculadas até o final de segundo ano do ensino fundamental garantindo a estas a continuidade de seus percursos formativos.

Neste caminhar introdutório, este texto é fruto dos estudos iniciais em doutoramento no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED/UFPI, e tem por objetivo "Compreender como ocorre a reelaboração da prática docente alfabetizadora nos anos iniciais do ensino fundamental, no âmbito das atuais políticas públicas de alfabetização no município de Teresina-PI." O estudo encontra em sua fase incipiente, mas possibilita reflexões pertinentes

e o levantamento de hipóteses sobre como os professores reelaboram suas práticas docentes para atender aos objetivos e metas dos programas vigentes de alfabetização.

Percurso Metodológico

Na busca por um itinerário metodológico capaz de responder às questões propostas neste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, com abordagem narrativa, conforme Jovchelovitch e Bauer (2015). Como mencionado anteriormente, a investigação encontra-se em fase inicial, por essa razão, ainda não há dados empíricos disponíveis para análise.

O que apresenta-se são reflexões preliminares que fundamentam a proposta de pesquisa de doutoramento, com base em uma pesquisa bibliográfica, à luz dos autores que discutem políticas públicas de alfabetização, Morais (2022), Soares (2008), Teixeira (2002) e nos estudos sobre prática docente pautado em, Bandeira e Ibiapina (2014), Brito (2006), Franco (2012).

O contexto espacial da pesquisa será em escola da rede pública municipal de ensino de Teresina (PI). No que concerne aos interlocutores, serão constituídos por professores efetivos atuantes no ciclo de alfabetização do ensino fundamental. Da rede municipal de Teresina-PI A produção de dados se efetivará através de fontes como Circulo de Cultura (Freire, 2016) e Cartas Pedagógicas (Camini, 2012).

Discussão e Hipóteses

Atualmente, a política pública de alfabetização vigente no Brasil é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), iniciativa do governo federal que visa enfrentar os desafios persistentes da alfabetização infantil no país. O programa propõe a construção de uma política integrada entre União, Estados e municípios, com foco no fortalecimento das redes de ensino e na garantia do direito à aprendizagem.

Em consonância com as diretrizes nacionais, o Estado do Piauí instituiu, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc-PI), o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC), formalizado pela Lei n.º 7.453, de 8 de janeiro de 2021. O programa tem como principal objetivo assegurar a todas as crianças as condições necessárias para que, ao final do 2º ano do ensino fundamental, alcancem o domínio das competências de leitura, escrita e letramento matemático, favorecendo o desenvolvimento da autonomia no processo de ensino-aprendizagem (SEDUC, 2021).

Neste contexto, políticas públicas de alfabetização necessitam considerar os aspectos teóricos, políticos e sócias que envolve o sistema de escrita alfabética. Alfabetização e letramento (Soares, 2008) não se configuram como processos simples, mas como atividades complexas que envolvem tanto a apropriação das habilidades escolarizadas de leitura e escrita quanto o uso social dessas práticas em diferentes contextos. Assim posto, é oportuno destacar que cada política educacional implementada provoca mudanças significativas na prática docente dos professores.

Em relação a prática docente, a mesma pode ser compreendida como o conjunto de ações intencionais realizadas pelo professor no ambiente escolar, com o objetivo de promover a aprendizagem dos alunos. Franco (2012, p.160) considera a prática docente "como prática que se exerce com finalidade, planejamento, acompanhamento, vigilância crítica, responsabilidade social". Em consonância com a autora citada, Bandeira e Ibiapina (2014, p.113) reiteram que a "prática docente atribuída a função do professor em contexto escolar, traz expectativa de que quem a desenvolve volta-se para finalidades e objetivos intencionais reflexivos-críticos."

Tais políticas demandam uma reorganização do contexto pedagógico nas escolas, de modo a viabilizar a concretização de seus objetivos e metas. Essa reconfiguração atinge diretamente o cotidiano docente, influenciando tanto as formas de ensinar quanto os sentidos atribuídos ao processo educativo.

Em conformidade com essa breve contextualização a respeito do objeto de estudo levantamos as seguintes hipóteses:

- a prática docente está diretamente atravessada pelas políticas públicas de alfabetização, que orientam, regulam e, muitas vezes, padronizam o trabalho dos professores;
- as politicas de formação continuada necessitam considerar as singularidades formativas de professores alfabetizadores;
- os professores alfabetizadores são instados a reelaborar sua prática docente para atender as propostas estabelecidas nos programas educacionais, das políticas de alfabetização;
- os professores articulam o conhecimento que trazem acerca do processo de alfabetização com os objetivos dos programas governamentais a fim de assegurar as aprendizagens dos alunos.

Considerando todas essas reflexões, a prática docente, especialmente no contexto da alfabetização, está intrinsecamente ligada aos saberes que os professores constroem ao longo de sua trajetória profissional. Assim, a formação colocada para esses profissionais deve considerar não somente as diretrizes teóricas e pedagógica dos programas, mas a autonomia, as experiências e práticas docentes alfabetizadoras bem sucedidas.

Breves (In)Conclusões

A alfabetização, como já expresso nestas linhas é um tema complexo e pauta importante nos debates, estudos e pesquisas sobre o modo como esta prática se concretiza entre nossas crianças, sobretudo nas instituições públicas onde os desafios são mais acentuados.

Referente à prática docente de professores alfabetizadores, é fundamental reconhecer que não basta implementar programas de alfabetização sem considerar aqueles que operam diretamente a articulação entre a formação e a prática em sala de aula. São os professores que traduzem, adaptam e colocam em ação os principios propostos nas políticas e nos programas formativos, lidando com as reais condições de ensino, as dificuldades de aprendizagem dos alunos e os múltiplos contextos escolares.

Portanto, é basilar que se conheça com mais profundidade os processos que permeiam as práticas alfabetizadoras, as teorias e estudos que embasam o modo como o ensino da língua escrita é conduzido nas salas de aula para a efetiva aprendizagem e formação de sujeitos capazes de ler e produzir escritas sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor.

A partir dessas (in) conclusões, é necessária uma análise mais aprofundada das implicações das políticas públicas vigentes, voltadas para a alfabetização e sobre a prática docente dos professores atuantes nesta etapa de ensino, destacando os programas aqui apresentados, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC).

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Alfabetização; Prática Docente.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, H. M.; IBIAPINA, I, M.L.M. Prática educativa: entre o essencialismo e a práxis. Revista FAEEBS, Salvador, Vol. 23 n. 42, p. 107-117, jul/dez. 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Cartilha Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Secretaria de Educação Básica (SEB): junho, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de conteudo/publicacoes/institucionais/compromisso-nacional-crianca-alfabetizada.pdf. Acesso em: 10 set 2024.

BRITO, A. E. Formar professores: rediscutindo o trabalho e os saberes docentes In: MENDES SOBRINHO, J. A. de C.; CARVALHO, M. A. de (Orgs.). **Formação de professores e práticas docentes:** olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.p. 41-53.

CAMINI, I. **Cartas pedagógicas:** aprendizagens que se entrecruzam e se comunicam. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAIS, A. G. Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire. **Revista Brasileira de Alfabetização.** ISSN: 2446-8584. Número 16 (Edição Especial) – 2022.

SEDUC, Secretaria de Estado da Educação. **Cartilha PRO Alfabetização na Idade Certa.** Governo do Estado do Piauí, maio 2021. Disponível

em:https://www.seduc.pi.gov.br/arquivo/proalfatetizacao/CARTILHA PRO ALFABETIZACAO.pdf Acesso em: 10 set 2024.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento.** 5 ed. 1ª reimpressão. São Paulo:Contexto, 2008.

TEIXEIRA,E. C.O **Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 05.07.2025.